

**ATA DA 245ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 03/07/2019

4 **HORÁRIO:** 14h00min

5 **PRESENTES:**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Agostinho Luiz Schiochetti (Ass. De Aposentados e da Terceira Idade)
8 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
9 Aparecida Eli Coelho (Ass./Mov. De Mulheres)
10 Claudio Marmentini (FEHOSC)
11 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)
12 Cleusa Maria da Costa (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)
13 Cleusa Maria Pereira (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
14 Francieli dos Santos (FEHOESC)
15 Gisele Kraieski Knabben (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
16 Helen Bunn Schmitt (Associações Profissionais Área da Saúde)
17 João Fernando Floriano (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
18 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)
19 Juliano Petters (AHESC)
20 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)
21 Luiz Antônio da Silva (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)
22 Maria Estela da Conceição (Mov. LGBTT e de População de Rua)
23 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)
24 Raquel Ribeiro Bittencourt (SES)
25 Sandi Locks Lopes (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)
26 Vânia Maria Machado (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

27 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

28 Enriete Cecília Fantin Basquera (Organizações Religiosas)
29 Gilberto Antônio Scussiato (Ass. De Aposentados e da Terceira Idade)

30 **JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA**

31 Brás Vieira (FEHOESC)
32 Carmem Regina Delziovo (SES)
33 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)
34 Dulce de Castro Quevedo (SES)
35 Micheline Moreira Kemper (SES)

36 **DOCUMENTOS RECEBIDOS/EXPEDIDOS**

37 Ofício Coren, MS Relatório auditoria SMS Petrolândia, Geaud mês maio, CMS Blumenau.

38 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

39 A 245ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h20min, com a
40 presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação do Presidente do CES, Jorge
41 dos Passos Corrêa Cobra. O Presidente do CES sugeriu que seja inserida na pauta a
42 participação dos Conselheiros em suas representações pelo CES. A sugestão foi acata.

43 **RELATOS DE REPRESENTAÇÕES**

44 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra informou que esteve presente no Seminário para
45 Fortalecimento da Atenção Básica, onde participou da mesa e usou da palavra. Estiveram
46 presentes o Secretário Estadual de Saúde (Helton de Souza Zeferino), o Vice-Presidente do
47 COSEMS (Manoel Del Olmo) e a funcionária do Ministério da Saúde. A Conselheira Cléia
48 relatou que esteve na reunião da CAF do Hospital Materno Infantil Santa Catarina, e disse que,
49 caso aprove o relatório, irá contra o contrato da SES com o Hospital. Informou que esteve
50 presente na reunião do COMESC, onde foi discutido a judicialização e fluxo de estoque e

51 entrega de medicamentos da UFSC. Falou não ter sido convocada para as reuniões do CEP da
52 SES. A Conselheira Maria Estela da Conceição justificou ausência de sua titular, Irma
53 Manuela Paso Martins, que esteve no 4º Seminário de Atenção Psicossocial.

54 **ITEM I – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DA SES – (Comissão**
55 **Permanente de Acompanhamento Orçamentário);**

56 A Coordenadora da Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, Maria Izabel
57 Giroto, disse que, como não houve questionamentos, a Comissão decidiu por levar ao pleno a
58 apreciação da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2019 da SES. A Conselheira Cléia
59 Aparecida Clemente Giosole disse que encaminhou sua dúvida, em relação aos Hospitais
60 Filantrópicos, porém não teve resposta, e que gostaria que fosse colocada uma recomendação
61 ao seu pedido. A Conselheira Maria Estela da Conceição falou que é preciso formar a
62 Comissão de Saúde Mental, e que já existe pauta para discussão, como por exemplo, o valor
63 alto destinado à Residência Terapêutica. E sugeriu que venha um representante da Saúde
64 Mental do Estado para debater o assunto, na próxima reunião do CES. A Conselheira Helen
65 Bunn Schmitt disse que deu pane em seu computador, onde tinha registrado suas dúvidas e
66 colocações, Disse que no RAG havia algumas fragilidades nos indicadores e que algumas
67 ações ainda não tinham saído do papel. Falou que gostaria de saber qual ações são muito caras
68 para a SES, já que não gostaria de discutir ano que vem porque as ações não foram realizadas.
69 Dentre elas está o estudo da vocação dos hospitais da SES, que foi pactuada, porém não foi
70 realizada. E se comprometeu a trazer ao pleno algumas idéias para contribuir com o alcance
71 das metas.

72 **ITEM II – APRESENTAÇÃO DO ESTUDO SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA EM**
73 **SANTA CATARINA;**

74 A Superintendente de Vigilância em Saúde, Raquel Ribeiro Bittencourt, sugeriu que, apesar da
75 pessoa indicada para falar sobre o assunto não veio, a sua equipe técnica faça uma
76 apresentação do tema. O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou que há uma estimativa de
77 600 mil novos casos de câncer no país, ressaltou a importância de se discutir esse assunto, mas
78 com a pessoa indicada por ele presente. A Superintendente de Vigilância em Saúde, Raquel
79 Ribeiro Bittencourt, a Gerente de Saúde Ambiental, Michele Marcon Telles, Diretora de
80 Vigilância Sanitária, Lucélia Saramussa Ribas Krycky e a Assessora da Superintendência de
81 Vigilância em Saúde, Christiane Domingues, fizeram a apresentação do tema. O Conselheiro
82 Gilberto Antônio Scussiato acha que ainda faltam alguns critérios para a pulverização aérea, e
83 disse que são poucos os Municípios que a utilizam. Perguntou qual a estratégia do Estado, já
84 que existe limitação da Lei. Sugeriu um trabalho de conscientização e prevenção, através de
85 parceria com a EPAGRI e Conselhos de Saúde, onde há um grande uso de agrotóxico, e falou
86 que sementes e agrotóxicos entram pelas fronteiras de forma irregular. E sugeriu usar o CES
87 para levar uma mensagem de conscientização e a informação correta. A Superintendência de
88 Vigilância em Saúde respondeu que neste ano há uma ação programada, em conjunto, saúde e
89 agricultura, para que se faça a sensibilização dos agricultores. A Conselheira Cléia Aparecida
90 Clemente Giosole perguntou se o índice, que é pequeno e não tão prejudicial, gradativamente
91 chegará a ser grave para a população. E de que maneira podemos levar a informação à
92 população. A Superintendência de Vigilância em Saúde respondeu que o valor máximo
93 permitido é estabelecido por estudos de toxicidade. Falou que há uma nota técnica nos site da
94 SES esclarecendo, porém é uma linguagem muito técnica. E disse que é necessária uma
95 articulação e contribuição da Atenção Primária para fortalecimento dos Protocolos nas
96 Unidades Básicas de Saúde. E falou que existem Municípios na Grande Florianópolis que
97 ainda não têm tratamento de água. A Conselheira Cleusa Maria Pereira perguntou como se dá
98 a fiscalização dos produtos que chegam ao SEASA, se já forma colhidos, e como é possível
99 esclarecer à população em relação a isso, já que a linguagem é muito técnica. E perguntou se a
100 Vigilância Sanitária do Estado trabalha em conjunto com a Vigilância Sanitária da União. A
101 Superintendência de Vigilância em Saúde respondeu que os produtos devem ser rastreados e
102 quando houver alguma irregularidade, o produtor deverá ser notificado, como também se for
103 comercializado o produto e houver irregularidade, o comerciante será notificado, no caso do

104 produtor pela CIDASC e no caso do comerciante, pela Vigilância Sanitária. Há uma
105 integração entre o Sistema Nacional de Vigilância, a Vigilância Sanitária do Estado e as
106 Vigilâncias Sanitárias dos Municípios, onde existe uma interface de ações, cada um com suas
107 respectivas competências. E disse que nada impede que o Estado faça uma Portaria Estadual,
108 juntamente com o Ministério Público, agricultores e academia. O Conselheiro Alexandre
109 Cunha dos Santos disse que no período de 2011 a 2019 mudou muita coisa, e falou que os
110 Conselheiros têm o papel de cobrar a atualização da lei e fazer a fiscalização nos locais, e
111 cobrar a Lei dos agrotóxicos. Disse que houve surto de Leishmaniose, porém não foi discutido
112 pelo CES, solicitou à Vigilância Sanitária um relatório sobre o assunto. A Superintendência de
113 Vigilância em Saúde falou que o ideal seria que a Portaria fosse revisada a cada cinco anos.
114 Disse que há um Grupo de Trabalho de pesquisadores das universidades e técnicos
115 especializados, e que, após muita briga, a SES conseguiu ter representantes nesse Grupo. A
116 Conselheira Maria Estela da Conceição colocou a importância desse tema com a CISTT, e fez
117 o convite aos Conselheiros para participarem dessa Comissão. A Conselheira Vânia Maria
118 Machado disse que há um estudo para incluir as demandas da CISTT no PPA e no PAS. O
119 Conselheiro Namblá Gakran disse que o Rio Itajaí Açú corta sua aldeia por todos os lados e
120 que existe produção de fumo próxima ao local. E disse estar muito preocupado, pois existem
121 muitos casos de câncer na aldeia. E perguntou de que forma poderá orientar os agricultores. A
122 Superintendência de Vigilância em Saúde disse que, em relação aos agrotóxicos, a Vigilância
123 poderia incluir os mananciais mencionados pelo Conselheiro Namblá Gakran, em suas
124 análises. E falou da importância de uma sensibilização de enfermeiros e técnicos para o
125 registro dessas notificações na atenção primária. O Conselheiro Luiz Antônio da Silva
126 solicitou que as Gerências responsáveis tomassem um pronunciamento em relação às mortes
127 por câncer, na aldeia Xokleng. O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos disse que os dados
128 da Vigilância Epidemiológica não batem com os dados do Ministério Público federal e das
129 populações indígenas. O Presidente do CES, Jorge dos Passos Correa Cobra, disse que a Secretaria
130 Executiva encaminhará o material informativo sobre as populações expostas aos agrotóxicos.

131 **ITEM III – MOÇÃO PROPOSTA PELA CISTT (Reforma da Previdência);**

132 O Presidente do CES, Jorge dos Passos Correa Cobra, disse que a Moção já foi lida, discutida,
133 porém, por falta de quórum, não foi votada. A Conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole
134 disse que o conteúdo da Moção deveria ser baseado na lei e não em entidades específicas. O
135 Presidente do CES, Jorge dos Passos Correa Cobra, colocou em votação, onde foi aprovada
136 com 10 votos a favor e 4 abstenções.

137 **ITEM IV—CENTRAL DE REGULAÇÃO – LEITOS E SERVIÇOS;**

138 O Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Ramon Tártari, fez a apresentação
139 do tema. O Conselheiro Luiz Antônio da Silva falou, em relação aos leitos de UTI, que muitas
140 vezes fica rodando com a ambulância do SAMU, sem ter leito disponível para levar o
141 paciente, quando na verdade têm. E disse que a maioria dos problemas de urgência e
142 emergência poderiam ser resolvidos numa Atenção Primária bem estruturada. O Conselheiro
143 Alexandre Cunha dos Santos disse que aproximadamente 85% dos agravos poderiam ser
144 resolvidos na promoção e prevenção em saúde, e falou que na Atenção Básica há falha nos
145 Agentes Comunitários de Saúde, que não fazem sem papel. Falou que muitas das desistências
146 nas consultas é resultado das falhas no papel do Agente Comunitário. Em relação às
147 Especialidades, foi feito um trabalho com a Atenção Básica de articulação, orientando os
148 profissionais no encaminhamento dos pacientes com HIV. E falou que, em relação ao tele
149 consultor, poderia ser utilizado a tele medicina, que poderá ser muito resolutiva para o usuário.
150 O Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Ramon Tártari, disse que tem que
151 ser um sistema resolutivo, eficiente. Falou que, em relação a tele medicina, o profissional
152 ainda não consegue ligar e conseguir falar na mesma hora. A Conselheira Cleusa Maria da
153 Costa perguntou por que quando o médico pede uma consulta a outro especialista o paciente
154 volta para a regulação. O Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Ramon
155 Tártari, disse que nem sempre o encaminhamento é em relação à mesma especialidade, e caso
156 ele não volte para a regulação ele estaria pulando a fila da especialidade. E falou em relação a

157 isso, que a atenção primária acaba perdendo os dados desse paciente que foi encaminhado para
158 outra especialidade, sem passar pela fila. Disse que quando houver um prontuário único isso
159 será possível. A Conselheira Maria Estela da Conceição disse que há uma enorme defasagem
160 de Agentes Comunitários, um dos motivos é o afastamento por motivos de saúde. Falou que
161 quando implantada a acreditação, no Município de Florianópolis, os Agentes passarão mais
162 tempo nas Unidades Básicas. E perguntou como o CES poderá contribuir para resolver o
163 problema da falta de leitos para atendimento de urgência e emergência. O Conselheiro
164 Gilberto Scussiato falou que os reguladores das regiões de saúde são técnicos ou ocupantes de
165 cargos de confiança, onde na verdade deveriam ser médicos. O Conselheiro Agostinho Luiz
166 Schiochetti disse que o CES tem participação fundamental em relação à Central de Regulação
167 e seus problemas. O Superintendente de Serviços Especializados e Regulação, Ramon Tártari,
168 disse que, em relação à Conselheira Maria Estela, que o que foi relato é da política municipal
169 de saúde e não sabe como o Estado poderá ajudar. A Conselheira Cléia Aparecida Clemente
170 Giosole disse que a informação trazida pelo Superintendente lhe preocupa, pois é diferente da
171 apresentada pela PAS e pelos relatórios quadrimestrais. O Conselheiro solicitou participação
172 do CES nos Grupos de Trabalhos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a
173 por encerrada, da qual a Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

174

Florianópolis, 03 de julho de 2019.